

Reflexões sobre história e historiografia da ditadura militar: o caso do Rio Grande do Sul

Carla Simone Rodeghero / UFRGS

Resumo: O presente trabalho explora um conjunto de particularidades e desafios da escrita da história da ditadura militar no Rio Grande do Sul. Situa a bibliografia disponível sobre o tema, adentrando nos campos do memorialismo, do jornalismo e das disciplinas acadêmicas da Ciência Política, Sociologia e História. Analisa os desafios relacionados à constituição de acervos documentais neste campo da história do tempo presente. Apresenta, ainda, caminhos que estão sendo trilhados na pesquisa sobre história e historiografia da ditadura militar.

Palavras-chave: Historiografia, ditadura militar, Rio Grande do Sul

Desenvolvo, no presente texto, uma reflexão que parte da experiência da escrita de um artigo sobre a ditadura militar no Rio Grande do Sul¹ para, a partir deste caso, avaliar dificuldades e possibilidades que se apresentam aos pesquisadores que tomam este tempo presente como seu objeto de estudo.

Convidada a escrever um texto panorâmico sobre aquele período para a coleção História Geral do Rio Grande do Sul, deparei-me, inicialmente, com as dificuldades relacionadas à falta de estudos monográficos sobre a ditadura no estado e à inexistência de algum texto congênere que servisse de parâmetro para a realização da minha tarefa. A consulta a outras “Histórias do Rio Grande do Sul” publicadas nas últimas décadas – e mesmo nos últimos anos – revelou que as mesmas carregam significativas lacunas quanto aos processos que se desenvolveram após o golpe de 1964.

Não questioneei, a princípio, a viabilidade de escrever uma “história geral do Rio Grande do Sul” durante a ditadura militar, considerando a importância da construção de uma visão panorâmica e didática voltada tanto para o público universitário quanto para um público letrado mais amplo. Visões gerais, dependendo do estado de desenvolvimento da historiografia de um determinado campo, podem ser resultado de esforços de aproximação de pesquisas mais localizadas ou, como foi o caso, pontos de partida para pesquisas posteriores.

Aceito o desafio, colocou-se a questão “por onde começar”? O primeiro e mais sensato passo seria realizar uma revisão bibliográfica. Porém, a constatação inicial da quase

¹ RODEGHERO, Carla Simone. Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul. In: GERTZ, René (Org.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007, vol. 4, p. 83-112. A coleção é coordenada por Tau Golin e Nelson Boeira. O volume 4 foi organizado pelo professor René Gertz.

inexistência de estudos foi desanimadora. Pensei, então, em selecionar um conjunto de fontes e escrutiná-las. Mas ainda não estavam definidos quais processos, quais “fatos” seriam os eixos desta história geral. A premência do tempo, como acontece tantas vezes, me fez desistir da exploração das fontes que mais facilmente eu poderia explorar – como Anais da Assembléia Legislativa, Relatórios dos Governadores, imprensa e depoimentos. Ao mesmo tempo, ficou claro que tal estratégia dificilmente levaria à escrita de um texto panorâmico.

Restou, então, voltar à bibliografia disponível, através de uma busca mais paciente e cuidadosa. Foi possível, nesse segundo momento, localizar um significativo número de livros de memória de opositores do regime militar; diversos trabalhos acadêmicos nas áreas da Ciência Política, da Sociologia e também da História; abundantes menções a Inquéritos Policial-Militares (IPMs) realizados no estado, a partir da pesquisa *Brasil Nunca Mais*; reportagens de cunho histórico em jornais alternativos e, ainda, alguns trabalhos de ficção que tematizavam o período em estudo. Aos poucos, foi possível ter em mãos peças que poderiam compor um mosaico, as quais davam acesso a temas como atuação dos grupos de esquerda e do movimento estudantil, expurgos de professores universitários, funcionamento do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), perseguição aos Grupos dos Onze, composição e funcionamento da Assembléia Legislativa, movimentos sociais no campo e na cidade, etc. A atuação do executivo estadual, todavia, foi tema sobre o qual pouco se encontrou. Afora alguns registros a respeito do governo Ildo Meneghetti – que ocupava o Piratini quando aconteceu o golpe – não foram localizados trabalhos que permitissem conhecer alguma coisa sobre as administrações dos governadores seguintes: Walter Peracchi Barcellos, Euclides Triches, Sinval Guazzelli, José Augusto Amaral de Souza e Jair Soares. A consulta aos Relatórios que os mesmos enviavam anualmente à Assembléia Legislativa exigia um tempo maior do que aquele que eu dispunha. O elevado número de páginas e o caráter esquemático e, muitas vezes, repetitivo dos relatórios gerados em cada secretaria de estado e compilados no Relatório do Governador, afastaram-me de tal fonte.

A lógica que dirigiu a organização das peças disponíveis e que, inclusive, orientou a posterior busca de outros materiais esteve ligada à percepção de que uma história do Rio Grande do Sul durante o regime militar, nas circunstâncias de ineditismo em que a pesquisa foi feita, deveria ser, primeiramente uma história política: uma história preocupada com as disputas pelo poder e com o controle dele naquela conjuntura ditatorial. É sabido que a

criação de instituições “revolucionárias” e a edição de leis de exceção foram contemporâneas à manutenção das casas do poder legislativo (em âmbito federal, estadual e municipal), dos partidos políticos e da imprensa, esta mais ou menos amordaçada, mais ou menos conivente.

Assim, reconstruir uma trama de acontecimentos em torno do controle do poder e da disputa por ele ou contra ele pareceu ser um caminho fecundo para elaborar um texto que preparasse o terreno e despertasse o interesse de pesquisas mais localizadas. Também seria algo factível com a bibliografia disponível. Questões de ordem social, cultural, econômica, poderiam, futuramente emergir da trama desenhada e, mesmo, vir a questioná-la. No entanto, neste momento, apareceu novamente um problema que foi mencionado acima: como retrair, em linhas gerais, a política gaúcha na ditadura sem um conhecimento consistente sobre o funcionamento do executivo estadual? A impossibilidade de resolver a curto prazo este entrave fez com que fosse realizado um novo deslocamento no eixo da pesquisa. A existência de uma significativa quantidade de registros sobre a oposição à ditadura militar sustentou a decisão de tornar a análise da oposição o carro chefe do trabalho.

Tal decisão também foi influenciada pela abordagem proposta por Maria Helena Moreira Alves em *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*.² Para a autora, a montagem, a institucionalização e a atuação do Estado de Segurança Nacional só podem ser entendidas no seu contínuo e tenso relacionamento com a oposição. A oposição, por sua vez, mais do que um grupo delimitado é entendida pela autora, como uma postura assumida ou uma posição ocupada por diferentes grupos em diferentes conjunturas do regime militar. O Estado teve que lidar com estes grupos e em algumas ocasiões levar em conta suas demandas ou, ainda, fazer esforços para melhor reprimi-los, tendo em vista a constante busca de legitimidade da ditadura.

Apesar de não ser possível investigar – nos quadros do trabalho que eu estava redigindo – a pertinência desta hipótese na relação entre Estado e oposição em âmbito regional, ficou o indicativo da oposição como um interlocutor presente e incômodo com o qual a ditadura precisava lidar. Optar por uma abordagem centrada na oposição ao regime militar no Rio Grande do Sul, todavia, não significou defender que a postura de oposição foi

² MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

mais intensa do que a adesão ou à apatia frente ao grupo no poder. Estudos mais aprofundados seriam necessários para dar conta de tal questão.

Partindo destas premissas foi possível redigir um texto que apresenta e analisa as manifestações de oposição ao regime militar em três diferentes conjunturas: a da primeira “operação limpeza” até o AI-5 (1964-1968); a dos “anos de chumbo” (1968-1974); e aquela da distensão e abertura (a partir de 1975). As peças do mosaico referentes ao Rio Grande do Sul foram relacionadas a informações e análises que dão conta do processo de institucionalização do regime, por meio da legislação de exceção (como os Atos Institucionais) e da criação ou transformação da estrutura burocrática de repressão.

Assim, na conjuntura inicial foram tematizados os primeiros IPMs, as cassações de mandatos, os expurgos de funcionários públicos (civis e militares), assim como a perseguição aos envolvidos nos Grupos dos Onze. No tocante à oposição, foi destacada a atuação do movimento estudantil, algumas articulações de exilados e acontecimentos ligados à implantação do bipartidarismo e às eleições para governador do estado em 1966. No que se refere aos “anos de chumbo”, após a explicitação dos mecanismos que levaram ao endurecimento do regime, foram apresentadas questões sobre as ações de luta armada, as prisões políticas e a tortura. Também foram analisados os resultados das eleições legislativas de 1970 e 1974. Foram apresentadas as eleições indiretas para governo do estado, ocorridas nos mesmos anos, marcadas ambas pelo boicote do MDB. Representavam momentos de avaliação do regime e dos seus representantes locais pelo partido de oposição legalmente constituído. Por fim, a conjuntura da distensão e da abertura foi abordada a partir das iniciativas governamentais para deter o crescimento do MDB – que foi muito forte no Rio Grande do Sul – e também da emergência de movimentos sociais e políticos como aqueles relacionados à anistia, à reforma partidária, à renovação do movimento sindical, à retomada da luta pela terra, enfim, ao protagonismo de novos atores.

Feita esta explanação sobre as dificuldades encontradas e os caminhos trilhados, passo a analisar a relação entre os mesmos e os desafios apresentados pela história do tempo presente. Entre as características da história do tempo presente tem-se a quase contemporaneidade entre o historiador e seus objetos de estudo. No caso do regime militar, essa contemporaneidade se dá em diferentes graus, se se considerar as gerações às quais pertenceram ou pertencem os historiadores: a geração dos que participaram diretamente dos

acontecimentos em questão, aquela dos que cresceram no contexto da Abertura e da Nova República e, ainda, a geração dos que, ainda em processo de formação profissional, convivem hoje com questões não resolvidas ou heranças da ditadura.

Creio que é importante insistir no perfil do último grupo mencionado, pois as perspectivas da contribuição desta geração para os estudos sobre a ditadura são promissoras. É formado por estudantes e professores universitários de História que encontraram condições de se inserirem num sistema universitário de pós-graduação que se mostra aberto a estudos sobre o regime militar, fato relativamente novo no campo da História. São contemporâneos e protagonistas de lutas que visam à abertura de arquivos oficiais. Apesar destes estudiosos não carregarem lembranças pessoais sobre aqueles acontecimentos, suas escolhas temáticas podem estar ligadas a histórias familiares de envolvimento com a repressão da ditadura e, ainda, com o fato de viverem numa época na qual os níveis de engajamento político de jovens e de intelectuais são muito diferentes daqueles experimentados pelas gerações que os precederam e por aquelas que estiveram entre os alvos preferenciais da ditadura.

Essa contemporaneidade e o envolvimento pessoal em diferentes graus têm outra dimensão. Quem escreve a história da ditadura no Brasil ainda o faz “sob o olhar dos atores”.³ As implicações disso estão tanto na possibilidade de contar com relatos, análises e contestações dos mesmos atores, quanto na inserção – proposital ou não – dos estudos históricos em debates e polêmicas ainda em aberto. É o caso, por exemplo, das indenizações a ex-presos políticos ou atingidos pela legislação de exceção, da discussão sobre o papel da censura à televisão, das posturas políticas atuais de antigos partidos ou militantes de esquerda, etc. Mas, sem dúvida, a grande questão em aberto é a que se refere ao papel das Forças Armadas na sociedade brasileira, ao tempo da ditadura e depois dela, tendo em vista a anistia recíproca e a falta de esforços oficiais para investigar, julgar e punir os responsáveis pela repressão.

A contemporaneidade também está ligada à ainda precária formação de arquivos para pesquisa o que, no caso do Rio Grande do Sul, parece ser ainda mais grave se comparado com realidades como as do Rio de Janeiro e de São Paulo. Seja pelo desejo de que certas coisas não venham à tona, seja pela legislação que regula os arquivos e pela sua aplicação (ou não),

³ RIOUX, Jean Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU & TÉTARD (Org.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: Edusc, 1999, p. 43.

seja pela incipiente busca dos pesquisadores por fontes sobre a ditadura, pode-se dizer que ainda há um vasto campo a se percorrer na constituição e na consolidação de espaços de pesquisa sobre o regime militar no Rio Grande do Sul. O Acervo da Luta contra a Ditadura, criado em 1999 em Porto Alegre – e que reúne doações de particulares, material proveniente do DOPS e documentos relacionados a pedidos de indenizações – tem sido foco de constantes conflitos. Sua constituição, manutenção e funcionamento estiveram/ estão à mercê de uma série de disputas político-partidárias, administrativas, jurídicas e técnicas, o que revela questões traumáticas e não resolvidas, herdadas da ditadura militar.

Por outro lado, é preciso mencionar que no cotidiano da pesquisa histórica pesquisadores e estudantes de História têm “descoberto” novas fontes, abrindo portas para estudos posteriores apesar da demora governamental na liberação de arquivos: é o que se vê na busca de documentação gerada no âmbito das universidades e do movimento estudantil;⁴ na busca de registros sobre o funcionamento das Auditorias Militares;⁵ na exploração de registros de atuação de advogados de presos políticos⁶ ou com prontuários do Presídio Central;⁷ na pesquisa sobre órgãos de imprensa alternativa;⁸ na elaboração de histórias a partir de depoimentos orais⁹ ou, ainda, na constituição de acervos desses depoimentos;¹⁰ na análise de monografias escritas no seio da Academia da Brigada Militar;¹¹ na consulta aos Anais da Assembléia Legislativa e das Câmaras de Vereadores;¹² na busca de papéis pessoais dos militantes junto a famílias de mortos e desaparecidos;¹³ no acompanhamento da trajetória de intelectuais que se colocaram numa posição combativa;¹⁴ no cruzamento de diversas fontes

⁴ Refiro-me à pesquisa em andamento de Jaime Mansan (Mestrado em História na PUCRS) e Janaína Cunha (Mestrado em Educação na Unisinos). Também é o caso das dissertações de mestrado defendidas na PUCRS de Fábio Marçal e Bruna Alves.

⁵ Pesquisa em andamento de Taiara Souto (Mestrado em História na UFRGS).

⁶ Pesquisa em andamento de Dante Guazzelli (Bacharelado em História na UFRGS).

⁷ Pesquisa em andamento de Rafael Burd (Bacharelado em História na UFRGS).

⁸ É o caso da dissertação de mestrado de Susel Rosa, na PUCRS.

⁹ Como a dissertação (UFRGS) e depois livro de Ana Colling e, ainda, do livro publicado por Loiva Félix e Daniela Silveira com depoimento da irmã Maria Augusta Ghisleni.

¹⁰ É o caso do trabalho realizado no Centro de Documentação da AIB e PRP e do projeto desenvolvido pelo Acervo da Luta contra a Ditadura em parceria com a TVE.

¹¹ Pesquisa em andamento de Rafael Araújo (Bacharelado em História na UFRGS).

¹² HEINZ, Flávio; MILKE, Daniel; FLACH, Ângela (Orgs.). *O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados (1947-1982)*. Porto Alegre: Corag, 2005.

¹³ É o caso da pesquisa de Deusa Maria de Sousa, com familiares de militantes gaúchos que participaram da Guerrilha do Araguaia.

¹⁴ Pesquisa em andamento de Vanessa Moura (Mestrado em História na UFRGS).

para reconstituir um objeto particular,¹⁵ etc. Estas “descobertas” não tiram a importância de se investir na luta pela abertura de arquivos oficiais. Apenas mostram que a não abertura dos mesmos não tem sido razão forte o suficiente para inviabilizar a pesquisa.

A história da ditadura militar, como um caso de história do tempo presente, tem na memória referências fundamentais. Há, para o caso do Rio Grande do Sul, um número significativo de livros de memória de militantes de esquerda. Entre eles, é possível citar relatos de muitos que passaram por prisões políticas com experiências dolorosas nas dependências do DOPS, na Ilha do Presídio e em outras prisões e quartéis gaúchos. É o caso dos trabalhos de Bona Garcia, Cláudio Gutierrez, Eloy Martins, Jorge Fischer Nunes, José Wilson da Silva, Índio Vargas.¹⁶ Há relatos de gaúchos que estiveram presos no Uruguai ou na Argentina, como Flávia Schilling, Flávio Tavares e Flávio Koutzii.¹⁷ Estão disponíveis também memórias dos emedebistas Pedro Simon e Paulo Brossard e do petebista Sereno Chaise.¹⁸ Entre os autores há um peso importante daqueles que estiveram envolvidos em organizações favoráveis à luta armada, as quais tinham ligações com o antigo PTB ou com grupos dissidentes do PCB. Um antigo militante deste partido, Eloy Martins, também nos legou uma dolorosa reconstituição de sua passagem por diversas prisões em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Sobre este conjunto de memórias publicadas, também é importante lembrar que diversas delas foram contemporâneas do primeiro “surto memorialístico”, aquele que foi alimentado pelas lutas em torno da anistia e pela volta dos exilados, no final de década de 1970.

¹⁵ Como na dissertação de mestrado de Caroline Bauer, na UFRGS.

¹⁶ GARCIA, J. C. Bona; POSENATO, Júlio. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989; GUTIÉRREZ, Cláudio. *A guerrilha branca*. Porto Alegre: Proletra, 1999; MARTINS, Eloy. *Tempo de cárcere*. Porto Alegre: Movimento, 1981; NUNES, Jorge Fischer. *O riso dos torturados*. Porto Alegre: Proletra, 1982; VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982; SILVA, José Wilson. *O tenente vermelho*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

¹⁷ SCHILLING, Flávia. *Querida liberdade*. São Paulo: Global, s/d.; SCHILLING, Flávia. *Querida família*. Porto Alegre: Editora da Coojornal, 1979; KOUTZII, Flávio. *Pedaços de morte no coração*. Porto Alegre: L&PM, 1984; TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999.

¹⁸ VALLS, Luís. *Brossard: 80 anos na história política do Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004. DUARTE, José Bacchieri. *Pedro Simon*, Porto Alegre, 2001; KLÖCKNER, Luciano. *O diário político de Sereno Chaise*. Porto Alegre: Age Editora, 2007.

Estes livros de memória têm sido importante fonte para o reconhecimento das ações planejadas ou empreendidas por alguns grupos de esquerda e também das ações da repressão, como os seqüestros, interrogatórios acompanhados de tortura, intimidações, prisões políticas, exílio, clandestinidade, etc. Permitem captar a forma como os embates entre ditadura e oposição eram encarados por diferentes organizações. Podem ser vistos também como porta de entrada em temas que merecem pesquisa histórica, a qual pode ser potencializada pelo cruzamento com outras fontes. A forma dos historiadores lidarem com este material é ainda uma questão em aberto e um desafio. O mesmo se pode dizer em relação ao uso de fontes orais e à constituição de acervos de entrevistas.

Sem entrar na discussão da validade do uso de fontes orais, questão já ultrapassada pelos progressos e contribuições da metodologia da história oral, parece necessário dizer algumas palavras sobre a relação entre história e memória, no que se refere aos relatos sobre a ditadura militar, especialmente àqueles que revelam o peso dramático da repressão na vida das pessoas.

Analisando a grande repercussão, na Argentina, de “histórias do passado recente [ou seja, da ditadura], apoiadas quase que apenas em operações de memória”, Beatriz Sarlo questiona o status atribuído ao memorialismo pelos historiadores. Depois de diferenciar aquelas histórias não acadêmicas - que pressupõem sempre uma síntese -, das acadêmicas, nas quais a “a discussão das modalidades reconstitutivas é explícita”, e o alcance do grande público, restrito, a autora chama a atenção para a forma como é abordada a primeira pessoa do testemunho.¹⁹

Distingue, então, os usos do testemunho para fins sociais e jurídicos e para usos historiográficos, apontando as diferenças entre os “deveres da memória” e aqueles da história. Para Sarlo, “o dever da memória induz uma relação afetiva, moral, com o passado, pouco compatível com o distanciamento e a busca de inteligibilidade que são o ofício do historiador”.²⁰ Daí, que, para a autora, “essa atitude de deferência, de respeito congelado diante de alguns episódios dolorosos do passado, pode tornar menos compreensível, na esfera pública, a pesquisa que se alimenta de novas perguntas e hipóteses”.²¹ Sua preocupação, que

¹⁹ SARLO, Beatriz. Op. cit, p. 12-3.

²⁰ Idem, p. 43.

²¹ Idem.

certamente pode ser aplicada aos estudos da ditadura brasileira, é a de conciliar o reconhecimento das funções morais, sociais e jurídicas do testemunho das vítimas de ditaduras, com a necessidade de exame crítico dos relatos acerca das atrocidades desses regimes, exame ao qual são/ devem ser submetidas todas e quaisquer fontes.

Creio que cabe à atual geração de pesquisadores encontrar caminhos para que a pesquisa, a análise e a divulgação destas memórias e de outras fontes dêem conta tanto das tarefas éticas de denunciar a ditadura e seus agentes quanto da operação historiográfica que permita explicar como e porque estas coisas aconteceram entre nós.

Não há dúvida que o peso assumido pelos relatos de memória na reconstituição do que foi a ditadura no Rio Grande do Sul está relacionado com a quantidade ainda pequena de trabalhos acadêmicos sobre o período. Pouco mais de uma dezena de pesquisas em Ciência Política e duas dezenas no campo da História foram localizados por mim para a elaboração do artigo “Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul”. Temas como o sistema partidário, os resultados eleitorais, o funcionamento da Assembléia Legislativa estão entre os tratados pelos cientistas políticos.²² No campo da História, a quantidade e a variedade são um pouco maiores, na medida em que já foram trabalhados temas como o movimento estudantil secundarista,²³ a repressão aos Grupos dos Onze,²⁴ a estrutura e atuação do DOPS, a

²² Como se vê nos exemplos abaixo citados: CÂNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da Universidade\ UFRGS, 2005; DOCKHORN, Gilvan Odival Veiga. *A Redefinição do Estado Autoritário Brasileiro: A Perspectiva do Parlamento Sul-Rio-Grandense (1974-1984)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Tese de doutorado em História; GROHMANN, Luis Gustavo Mello. *Representação política, sistema eleitoral e sistema partidário análise comparativa do estado do RGS de 1966 a 1994*. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Dissertação de mestrado em Ciência Política; KARNIKOWISKI, Romeu Machado *Uma contribuição ao estudo do trabalhismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertação de mestrado em Ciência Política; NOLL, Maria Izabel & TRINDADE, Héliogio. *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul – 1945-1994*. Porto Alegre: Editora da Universidade\ UFRGS\ Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995; OLMEDO, Sendi-Rubi Munhoz *Os partidos e a questão da terra no Rio Grande do Sul 1978 – 1980*. Porto Alegre: UFRGS, 1983. Dissertação de mestrado em Ciência Política; XAUSA, Leônidas & FERRAZ, Francisco. *As eleições de 1966 no Rio Grande do Sul*. RBEP, n. 23.

²³ MARÇAL, Fabio. *"64, 66, 68, um mau tempo talvez..." Um estudo sobre o movimento estudantil no "Julinho" atuante na construção de "1968"*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Dissertação de Mestrado em História; ALVES, Bruna Neves. *O visível e o invisível no movimento estudantil universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa (1964-1968)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Dissertação de mestrado em História.

²⁴ BALDISSERA, Marli de Almeida. *Onde estão os Grupos de Onze? Os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS*. Passo Fundo: UPF, 2003. Dissertação de mestrado em História;

espionagem política, a imprensa alternativa, o sindicalismo e movimentos populares no campo e na cidade,²⁵ a luta pela terra, a mulheres na luta armada e nos movimentos feministas,²⁶ a atuação da Igreja Católica,²⁷ etc. As contribuições da Sociologia ainda não foram devidamente arroladas, mas pude localizar trabalhos sobre movimentos sociais no campo e novo sindicalismo.

A presença e, de certa forma, o pioneirismo de cientistas políticos e de sociólogos neste campo de estudo não é uma novidade do Rio Grande do Sul. Análises da historiografia sobre a ditadura em âmbito nacional mostram o importante peso das análises feitas pelos profissionais das Ciências Sociais e também daqueles do Jornalismo que precederam os historiadores no estudo da ditadura militar.²⁸ A época em que os trabalhos acadêmicos mencionados foram produzidos também dá conta de um recente incremento nos estudos,

SZATKOSKI, Elenice. *Os Grupos dos Onze: uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: Editora UPF, 2003.

²⁵ BAUER, Caroline. *Avenida João Pessoa, 2050, 3º andar: terrorismo de Estado e ação da polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Porto Alegre: UFRGS, 2006; DUQUE, Luís Guilherme Rita. *Hei de vencer mesmo sendo professor: o CPERS e o magistério público estadual do Rio Grande do Sul, 1972-1979*. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação de mestrado em História; FAJARDO, Sinara Porto. *Espionagem pública: instituições e processo no Rio Grande do Sul*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Porto Alegre: UFRGS, 1993. Dissertação de mestrado em História; ROSA, Susel Oliveira da. *Exemplar, Pato Macho e Coojornal: trajetórias alternativas*. Porto Alegre: PUCRS, 2002. Dissertação de Mestrado em História.; DUQUE, Luís Guilherme Rita. *Hei de vencer mesmo sendo professor: o CPERS e o magistério público estadual do Rio Grande do Sul, 1972-1979*. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação de mestrado em História; GANDRA, Edgar Ávila. “*Porto dos Direitos: a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos serviços portuários de Porto Alegre no período de 1959 a 1969, através da análise das suas atas*”. Porto Alegre:UFRGS, 2004. Dissertação de mestrado em História; NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Zander (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996; MAMMARELLA, Rosetta. *Práticas coletivas e autonomia num movimento popular urbano: o caso da Vila Santo Operário (1979-1990)*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

²⁶ COLLING, Ana Maria. “Choram Marias e Clarices”. Uma questão de gênero no regime militar brasileiro”. Porto Alegre:UFRGS, 1994. Dissertação de mestrado em História; MÉNDEZ, Natalia Pietra. *Discursos e Práticas do Movimento Feminista em Porto alegre (1975-1982)*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação de mestrado em História.

²⁷ COSTELLA, Maria. *A igreja e a luta pela terra no RS: organização e poder*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Porto Alegre: UFRGS, 1992; GÓES, César Hamilton Brito. *A Comissão Pastoral da Terra: história e ambivalência da igreja no Rio Grande do Sul*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Porto Alegre: UFRGS, 1997. MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino. História da Luta pela Reforma Agrária*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

²⁸ Sobre isso ver: RODEGHERO, Carla Simone. Os historiadores e os estudos sobre o golpe de 1964 e o regime militar no Brasil. *L' Ordinaire Latino-americain*, n. 203, Université de Toulouse – Le Mirail, 2006, p. 93-123. (Dossiê Historiografia latino-americana contemporânea).

datado da primeira década do século XXI. Enquanto cinco trabalhos de Ciência Política sobre ditadura²⁹ foram produzidos no Rio Grande do Sul nas décadas de 1980 e 1990, apenas 4 foram produzidos na área da História, todos concentrados nos anos 1990. Os demais trabalhos de historiadores foram concluídos depois do ano 2000. Assim, sendo a constituição dos acervos sobre a ditadura no Rio Grande do Sul ainda incipiente e recente, a produção acadêmica é afetada por estas condições. Por outro lado, o crescimento dessa produção nos últimos anos tem como uma das suas contribuições a própria constituição dos acervos.

Bibliografia

ALVES, Bruna Neves. O visível e o invisível no movimento estudantil universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa (1964-1968). Porto Alegre: PUCRS, 2004. Dissertação de mestrado em História.

BALDISSERA, Marli de Almeida. *Onde estão os Grupos de Onze? Os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS*. Passo Fundo: UPF, 2003. Dissertação de mestrado em História

BAUER, Caroline. *Avenida João Pessoa, 2050, 3º andar: terrorismo de Estado e ação da polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Porto Alegre: UFRGS, 2006

CÂNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2005

COLLING, Ana Maria. “Choram Marias e Clarices”. Uma questão de gênero no regime militar brasileiro”. Porto Alegre: UFRGS, 1994. Dissertação de mestrado em História

COSTELLA, Maria. *A igreja e a luta pela terra no RS: organização e poder*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Porto Alegre: UFRGS, 1992

DOCKHORN, Gilvan Odival Veiga. *A Redefinição do Estado Autoritário Brasileiro: A Perspectiva do Parlamento Sul-Rio-Grandense (1974-1984)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Tese de doutorado em História

DUARTE, José Bacchieri. *Pedro Simon*, Porto Alegre, 2001

DUQUE, Luís Guilherme Rita. *Hei de vencer mesmo sendo professor: o CPERS e o magistério público estadual do Rio Grande do Sul, 1972-1979*. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação de mestrado em História

FAJARDO, Sinara Porto. *Espionagem pública: instituições e processo no Rio Grande do Sul*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Porto Alegre: UFRGS, 1993. Dissertação de mestrado em História

²⁹ Estou, aqui, me referindo a trabalhos sobre a ditadura no Rio Grande do Sul. Existem trabalhos sobre o período que tem recorte geográfico diferente.

- GANDRA, Edgar Ávila. *“Porto dos Direitos: a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos serviços portuários de Porto Alegre no período de 1959 a 1969, através da análise das suas atas”*. Porto Alegre:UFRGS, 2004. Dissertação de mestrado em História
- GARCIA, J. C. Bona; POSENATO, Júlio. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989
- GÓES, César Hamilton Brito. *A Comissão Pastoral da Terra: história e ambivalência da igreja no Rio Grande do Sul*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Porto Alegre: UFRGS, 1997
- GROHMANN, Luis Gustavo Mello. *Representação política, sistema eleitoral e sistema partidário análise comparativa do estado do RGS de 1966 a 1994*. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Dissertação de mestrado em Ciência Política
- GUTIÉRREZ, Cláudio. *A guerrilha brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999.
- HEINZ, Flávio; MILKE, Daniel; FLACH, Ângela (Orgs.). *O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados (1947-1982)*. Porto Alegre: Corag, 2005
- KARNIKOWISKI, Romeu Machado *Uma contribuição ao estudo do trabalhismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertação de mestrado em Ciência Política
- KLÖCKNER, Luciano. *O diário político de Sereno Chaise*. Porto Alegre: Age Editora, 2007.
- KOUTZII, Flávio. *Pedaços de morte no coração*. Porto Alegre: L&PM, 1984
- MAMMARELLA, Rosetta. *Práticas coletivas e autonomia num movimento popular urbano: o caso da Vila Santo Operário (1979-1990)*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- MARÇAL, Fabio. *"64, 66, 68, um mau tempo talvez..." Um estudo sobre o movimento estudantil no "Julinho" atuante na construção de "1968"*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Dissertação de Mestrado em História
- MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino. História da Luta pela Reforma Agrária*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.
- MARTINS, Eloy. *Tempo de cárcere*. Porto Alegre: Movimento, 1981.
- MÉNDEZ, Natalia Pietra. *Discursos e Práticas do Movimento Feminista em Porto alegre (1975-1982)*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação de mestrado em História.
- MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984
- NAVARRO, Zander. *Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990*. In: NAVARRO, Zander (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996
- NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélgio. *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul – 1945-1994*. Porto Alegre: Editora da Universidade\ UFRGS\ Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995
- NUNES, Jorge Fischer. *O riso dos torturados*. Porto Alegre: Proletra, 1982.
- OLMEDO, Sendi-Rubi Munhoz *Os partidos e a questão da terra no Rio Grande do Sul 1978 – 1980*. Porto Alegre: UFRGS, 1983. Dissertação de mestrado em Ciência Política
- RIOX, Jean Pierre. *Pode-se fazer uma história do presente?* In: CHAUVEAU & TÉTARD (Org.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: Edusc, 1999

RODEGHERO, Carla Simone. Os historiadores e os estudos sobre o golpe de 1964 e o regime militar no Brasil. *L' Ordinaire Latino-américain*, n. 203, Université de Toulouse – Le Mirail, 2006, p. 93-123. (Dossiê Historiografia latino-americana contemporânea).

_____. Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul. In: GERTZ, René (Org.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, vol. 4, 2007.

ROSA, Susel Oliveira da. *Exemplar, Pato Macho e Coojornal: trajetórias alternativas*. Porto Alegre: PUCRS, 2002. Dissertação de Mestrado em História

SCHILLING, Flávia. *Querida liberdade*. São Paulo: Global, s/d

SCHILLING, Flávia. *Querida família*. Porto Alegre: Editora da Coojornal, 1979

SILVA, José Wilson. *O tenente vermelho*. Porto Alegre: Tchê, 1987

SZATKOSKI, Elenice. *Os Grupos dos Onze: uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: Editora UPF, 2003.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999.

VALLS, Luís. *Brossard: 80 anos na história política do Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

XAUSA, Leônidas; FERRAZ, Francisco. As eleições de 1966 no Rio Grande do Sul. *RBEP*, n. 23.